

Com o intuito de o/a sensibilizar para este tema, decidimos elaborar este folheto e entregar-lho para que o leia. Nele optámos por responder a muitas das perguntas que, sobre o tema da Inclusão, normalmente nos são feitas. Pode, contudo, se assim o entender, enviar-nos outras questões a que responderemos para o endereço eletrónico: fenprof@fenprof.pt. Poderá ainda obter mais informação sobre esta problemática em www.fenprof.pt, www.cnod.org.pt e www.apd.org.pt.

**NÃO HESITE, DEFENDA UMA ESCOLA INCLUSIVA.
DEFENDA O FUTURO COM TODOS.**

SEMANA DE AÇÃO GLOBAL PELA EDUCAÇÃO 2014

4 A 10 DE MAIO

O principal objetivo de participação da FENPROF, nesta Semana de Ação Global pela Educação, é o de refletir sobre a Educação Inclusiva, envolvendo e sensibilizando toda a comunidade educativa e sociedade em geral para a temática da Deficiência e Educação que se encontrará em debate à escala mundial.

5 MAIO - SEGUNDA-FEIRA

Distribuição, à população, de informação sobre "Educação Inclusiva", em iniciativas de rua a desenvolver em todo o país (continente e regiões autónomas);

7 MAIO - QUARTA-FEIRA

Realização de um debate sobre "Educação Inclusiva" com a presença dos Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, na Escola Secundária Padre António Vieira, em Lisboa, às 15H;

10 MAIO - SÁBADO

Realização de um Encontro Nacional sobre "Educação Inclusiva", no Fórum Cultural do Seixal;

Realização de ações de formação, dirigidas a professores e educadores, creditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, em todo o território nacional, de abril a julho.



defici
ência
e edu
cação

**TODOS TÊM OS MESMOS DIREITOS, INDEPENDENTEMENTE DAS SUAS DIFERENÇAS.
LEIA ESTE FOLHETO E DEFENDA A INCLUSÃO.**

Em todo o mundo, assinala-se entre 4 e 10 de maio a Semana de Ação Global pela Educação. A FENPROF está envolvida nesta grande iniciativa à escala mundial que, este ano, se desenvolve em torno do tema da Educação Inclusiva. Em Portugal preveem-se três iniciativas neste âmbito: o contacto, hoje (5 de maio), com a população; no próximo dia 7 um debate sobre o tema para o qual foram convidados todos os grupos parlamentares; no dia 10 um Encontro Nacional sobre Educação Inclusiva que se realizará no Fórum Cultural do Seixal.



PROJETO EM PARCERIA CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes)/ FENPROF
CO-FINANCIADO PELO INR (Instituto Nacional para a Reabilitação)

O que é Educação Inclusiva?

É a forma de educar todas as crianças e jovens em conjunto, nas mesmas escolas, sem as separar, independentemente das diferenças que apresentem.

É importante uma Educação Inclusiva?

Sim, é. Se todos têm direito a viver juntos, a usufruírem dos mesmos direitos e a abordar as oportunidades de vida em plano de igualdade, então é preciso que essa inclusão se inicie na escola. Se a escola não for inclusiva, dificilmente a sociedade o será, porque é a escola que educa os homens e mulheres que poderão transformar a sociedade.

Para quem é importante a Educação Inclusiva?

É importante para todos. A educação inclusiva é um contributo fundamental para que todos e todas aprendam a viver juntos e a respeitarem-se, independentemente das suas diferenças. A democracia é por si só inclusiva, pelo que também ela se reforça com a inclusão. Em suma, sejam ou não portadores de deficiência, tenham ou não dificuldades de aprendizagem originadas pelas mais diversas causas, todos ficam a ganhar com a Educação Inclusiva, pois a escola é também espaço de formação de cidadãos.

Em Portugal as escolas são inclusivas?

Teoricamente sim, porque a segregação não é legalmente permitida e o Estado português assumiu diversos compromissos internacionais que o obrigam a respeitar e promover a inclusão na escola e na sociedade. Porém, por razões diversas, a escola portuguesa está longe de ser inclusiva.

O que falta para que as escolas portuguesas sejam inclusivas?

Melhores condições de trabalho para professores e alunos, bem como apoios que são fundamentais para que as diferenças que crianças e jovens apresentam possam ser anuladas ou, no mínimo, esbatidas. Por exemplo, as turmas não deveriam ter tantos alunos, os alunos com necessidades educativas especiais, independentemente da sua origem ou natureza, deveriam ter os apoios adequados que poderão ser de diversos tipos: humanos (professores de educação especial, terapeutas, psicólogos, assistentes operacionais), físicos (edifícios adaptados, incluindo as salas de aula), materiais (ajudas complementares, como cadeiras de rodas, apontadores, computadores adaptados, entre outras) e financeiros (no âmbito de uma ação social escolar que deverá contemplar cada situação de acordo com a necessidade real)... também as famílias deverão ser apoiadas, quando necessário, através de mediadores ou assistentes sociais.

As leis em Portugal são promotoras de uma educação inclusiva?

Não são e, desde 2008, têm-se afastado mais desse objetivo. Na verdade, o Decreto-lei que enquadra esta matéria (DL 3/2008, de 7 de janeiro), contrariando recomendações e convenções internacionais subscritas pelo Estado português, procura limitar o acesso à Educação Especial a alunos portadores de necessidades consideradas permanentes e que tenham uma natureza clinicamente comprovada. Mas mesmo em relação a estes casos, tem vindo a ser aplicada legislação que impede alunos com necessidades educativas especiais de frequentarem a escola a par dos seus colegas, designadamente no ensino secundário. Tal deve-se ao facto de o governo não querer gastar dinheiro com a inclusão plena destes alunos, provavelmente por achar que se trata de um desperdício.

Em relação aos alunos do ensino básico e às crianças em idade pré-escolar, o sistema educativo e as escolas têm os apoios necessários?

Não e cada vez há menos apoios. O governo diz que todos os alunos têm apoio, mas a verdade é que alguns que, há anos, tinham apoio diário de um professor especializado, hoje apenas têm meia hora de apoio semanal, o que é quase nada. Também em relação a terapias que são fundamentais aos alunos, as escolas, por norma, não as têm e o governo deixou de pagar a mais de 3.000 famílias o subsídio de educação especial, que é fundamental para poderem proporcionar aos seus filhos esses apoios que a escola deveria ter, mas não tem.

O governo também cortou na Educação Especial?

Cortou e muito e, por essa razão, houve crianças e jovens que, este ano, começaram as aulas muito mais tarde do que os seus colegas. A não colocação, pelo MEC, de professores com especialização adequada nas escolas impediu que esses alunos as pudessem frequentar, alguns durante meses, como era seu direito.

O que é preciso fazer?

Denunciar esta situação reprovável e a FENPROF, em conjunto com organizações representativas de pessoas com deficiência (CNOD e APD), tem-no feito até junto de instâncias internacionais. É também necessário alterar a legislação que vigora para que respeite os princípios da escola e da educação inclusiva. Alterar a legislação também é opinião do governo, embora se tema que tal seja em sentido contrário ao necessário tornando a escola ainda mais segregadora. O investimento na Educação e, em especial, na Escola Pública é essencial para que esta seja verdadeiramente inclusiva, o que significa democrática, de qualidade e para todos.